

Por que interseccionais?

Laura Lowenkron | Instituto de Medicina Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O intuito deste comentário é estimular um debate teórico-conceitual sobre a própria identidade e a pluralidade que definem a rede que estamos começando a constituir, propondo deslocar um pouco a centralidade do gênero para poder pensar as interseções que atravessam as pesquisas desenvolvidas pelos Núcleos aqui reunidos. A questão inicial que norteou esta reflexão foi pensar de que maneira o CLAM, Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, insere-se em uma rede de Núcleos de Pesquisa de Gênero e feminismos, denominação escolhida para cunhar este Encontro. E acredito que para refletir sobre isso é importante resgatar algo sobre o papel e as marcas do CLAM no processo de institucionalização de um campo que, nas Ciências Sociais brasileiras, tem sido privilegiadamente denominado de estudos de gênero e sexualidade – “campo interdisciplinar, com forte influência da antropologia”, como ressalta Miriam Grossi (2010: p. 293)¹.

Ao traçar um breve histórico da constituição e panorama do campo de estudos de gênero e sexualidade no Brasil, a autora distingue três momentos. O primeiro, nos anos 1970/80, é marcado pela emergência da Antropologia Feminista. Nos anos 1990/2000, segundo ela, verifica-se um intenso crescimento dessa área de estudos no Brasil e são criados diversos núcleos de pesquisa sobre gênero e sexualidade, seguindo o modelo do CNPq. Nesse período também são criadas publicações acadêmicas importantes na área: a Revista de Estudos Feministas, em 1992, e os Cadernos Pagu, em 1999. O terceiro momento, que estaria em curso, é caracterizado pela ampliação dos estudos relacionados a este campo temático em

¹ GROSSI, Miriam. Gênero, sexualidade e reprodução. In: Carlos Benedito Martins e Luiz Fernando Duarte (orgs). Horizontes das ciências sociais no Brasil – Antropologia. São Paulo: Anpocs, 2010.

todo o país. Surgem também novas publicações acadêmicas na área, entre elas, a revista do CLAM, a *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*.

Segundo Grossi, para se pensar a formação do campo institucional dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, é fundamental também destacar o papel de determinadas agências de financiamento no desenvolvimento da área no país, com destaque para a Fundação Ford, que tem financiado projetos desde a década de 1980. Mas, nas palavras da autora, “é no início dos anos 2000 que um novo investimento global da Fundação Ford permitirá o desenvolvimento e a constituição do campo de estudos sobre sexualidades no Brasil” (p. 298). Ela confere especial destaque, nesse processo, à criação do CLAM e o papel que ele desempenhou na inserção da temática da sexualidade no interior dos estudos de gênero, a partir da organização de publicações, eventos e pesquisas.

Nesse sentido, é importante lembrar como, assim como neste Encontro, nas Ciências Sociais brasileiras, em geral, e na Antropologia, em particular (diferentemente do que em outras tradições disciplinares e contextos nacionais), tem sido uma tendência não separar os estudos de gênero e feminismos dos estudos de sexualidade. Essa tem sido também, desde o início, a aposta do CLAM. E, do ponto de vista político, isso significou um desafio importante: promover uma articulação e potencializar a sinergia entre temas, agendas e desafios dos movimentos feministas e LGBT (Carrara e Uziel, 2005)² - algo que o CLAM tem procurando fazer desde sua constituição, por meio não só de suas pesquisas, mas também de seus seminários, parcerias institucionais e, de modo mais amplo, de sua diversificada atuação e preocupação constante em promover e contribuir para a discussão e o fortalecimento dos chamados direitos sexuais no Brasil e na América Latina.

Já do ponto de vista teórico, essa articulação parte de uma perspectiva analítica interseccional segundo a qual gênero e sexualidade devem ser pensados

² CARRARA, Sérgio e Uziel, Anna Paula. Apresentação: novas legalidades e democratização da vida social. In: Maria Betânia Ávila, Anala Paula Portella e Verônica Ferreira. *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

um em relação ao outro, pois constituem-se mutuamente. Essa concepção não é nova, estando presente desde a própria consolidação e disseminação do gênero como categoria analítica, nos anos 1980, quando foi proposto como uma ferramenta teórico-conceitual alternativa à categoria mulher, que inicialmente havia sido privilegiada nos estudos feministas. Segundo Adriana Piscitelli (2002)³, embora o conceito de gênero já fosse utilizado nas Ciências Sociais, foi a partir da conceitualização da antropóloga Gayle Rubin, em seu ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, publicado em 1975, que a sua utilização, bem como a separação sexo/gênero, começou a difundir-se com força inusitada nos anos 1980.

Como sabemos, a discussão de Rubin sobre o que ela definiu como sistema sexo-gênero foi desenvolvida à luz de uma leitura crítica, principalmente, de Lévi-Strauss e Freud. No curso dessa análise, a autora nota que o tabu do incesto funciona também como tabu da homossexualidade, pois pressupõe não apenas que algumas relações heterossexuais sejam proibidas, mas que a heterossexualidade se torne compulsória. Portanto, segundo ela, a opressão dos homossexuais seria produto do mesmo sistema cujas relações e regras oprimem as mulheres. Com suas formulações sobre o sistema sexo/gênero, Rubin inova ao sugerir que não somos apenas oprimidas como mulheres (temática fundante dos debates político-acadêmicos feministas), mas somos oprimidas a sermos mulheres e homens e heterossexuais. Esse interessante insight será retomado por outras autoras, como Judith Butler.

Nos termos de Butler, em Problemas de Gênero⁴, de 1990, gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Seguindo, assim, um dos insights mais interessantes de Rubin, Butler afirma que as regulações de gênero participam e

³ PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

⁴ BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

estão relacionadas também com a construção da heterossexualidade compulsória, na medida em que buscam ancorar e estabilizar o sexo e a sexualidade dentro do domínio reprodutivo. Essas formulações conceituais podem contribuir para entender por que o campo de estudos de gênero é frequentemente constituído de maneira intersectada com os de sexualidade nas Ciências Sociais, especialmente no Brasil, cuja influência destes referenciais teóricos neste campo de estudos é bastante notável desde os anos 2000.

Apesar de uma certa centralidade destas duas categorias na própria denominação deste campo de estudos, uma de suas marcas mais interessantes tem sido justamente a perspectiva analítica interseccional mais abrangente que atravessa as pesquisas da área, articulando frequentemente gênero e sexualidade a outros “marcadores sociais de diferença” ou “categorias de articulação”, como raça, nacionalidade e categorias etárias, como formas de entender e conceitualizar as relações de poder e a produção de desigualdades sociais. Interessante notar que, no Brasil, diferentemente do que nos EUA, a chamada perspectiva analítica interseccional não foi necessariamente tributária e, por vezes, produziu até um certo apagamento, da contribuição dos feminismos negros na constituição do próprio conceito de interseccionalidade - literatura que tem sido só mais recentemente resgatada e difundida em cursos e pesquisas da área.

Entretanto, é importante notar que, por caminhos distintos e mesmo sem usar o conceito de “interseccionalidade”, a atenção para a interseção entre raça, gênero e sexualidade nas pesquisas no campo das ciências sociais brasileira não é nova, estando amplamente presente em discussões clássicas como, por exemplo, sobre a temática da miscigenação e sua relação com a construção da nossa identidade nacional. A classe, por sua vez, apesar de não estar ausente, tem recebido menos atenção do que outros marcadores nesse campo, talvez pelo fato de os estudos de gênero terem se constituído como uma das formas de deslocar a centralidade da classe enquanto categoria para entender as relações de desigualdade. Religião é outra categoria de articulação presente neste campo de estudos, como evidenciam um dos primeiros seminários do CLAM em 2003, e que tem se renovado como

objeto de interesse e atenção em projetos mais recentes, a partir da temática dos “conservadorismos”, sua relação com os fundamentalismos religiosos e seus efeitos no campo das políticas sexuais.

Nesse sentido, concluo minha fala com uma provocação interessante levantada por Sérgio Carrara na nossa última reunião geral do CLAM, na qual discutimos o contexto político atual e seus desafios para a nossa área de pesquisa. Nesse contexto, abordamos, claro, a centralidade da cruzada “anti-gênero” (ou contra a chamada “ideologia de gênero”) na ascensão do conservadorismo político que tem se constituído como uma ameaça, entre tantas outras coisas, ao campo de estudos de gênero e sexualidade e aos direitos sexuais no Brasil. Sérgio sugeriu que, nestes debates, gênero virou uma espécie de “disfarce” para a sexualidade. Isto é, o argumento, ou melhor, o “pânico moral” difundido é o de que, a partir do “gênero” ou da chamada “ideologia de gênero”, estaria se sexualizando as crianças nas escolas, o que, em última instância, levaria à “pedofilia” - categoria de acusação particularmente eficaz na produção de pânicos morais/sexuais que deslegitimam sujeitos, direitos e políticas historicamente associadas ao nosso campo de estudos.

Portanto, creio que um dos principais desafios da rede de Núcleos de pesquisa que estamos constituindo vai ser desconstruir e enfrentar os sentidos pejorativos e os deslizamentos poluidores que têm sido produzidos no atual contexto político em torno das articulações entre gênero e sexualidade. Nesse sentido, mais do que nunca, outros tipos de articulação – aquelas que temos historicamente proposto e discutido - precisam ser mais claramente explicitadas e defendidas e alianças entre movimentos sociais e campos de estudos agora ainda mais marginalizados precisam ser urgentemente fortalecidas. Nossa aposta e esperança é a de que coletivamente teremos melhores condições de constituir caminhos que contribuam nessa direção.